



INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Mestrado em Engenharia de Segurança Informática
Fundamentos de Cibersegurança

Trabalho Individual

Paulo António Tavares Abade - 23919



Beja, dezembro de 2025

INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
Escola Superior de Tecnologia e Gestão
Mestrado em Engenharia de Segurança Informática
Fundamentos de Cibersegurança

Trabalho Individual

Paulo António Tavares Abade - 23919

Orientadores: Rui Silva & Rogério Bravo

Beja, dezembro de 2025

Resumo

Resolução do trabalho individual de Fundamentos de Cibersegurança, respondendo às questões propostas pelos professores Rui Silva e Rogério Bravo, abrangendo tópicos como o MITRE ATT&CK, incident coordination, pilares da cibersegurança, dimensões da segurança da informação e o conceito de governança.

Keywords: cibersegurança

Índice

1	Grupo I - Professor Rui Silva	1
1.1	Pergunta - Apresentação do Incident Coordination	1
1.2	Pergunta - MITRE - Projeto de ATT&CK - Night Dragon	2
1.3	Pergunta - MITRE - Projeto ATT&CK - Tática de Initial Access	3
2	Grupo II - Professor Rogério Bravo	5
2.1	Pergunta - Os 4 Pilares da Cibersegurança	5
2.1.1	Tecnologias	5
2.1.2	Pessoas	5
2.1.3	Organizações	6
2.1.4	Segurança Física	6
2.1.5	Relação entre Pilares e Princípios	6
2.1.6	O pilar na intervenção digital forense	7
2.2	As três dimensões da segurança da informação	8
2.2.1	Segurança Física	8
2.2.2	Segurança Lógica	8
2.2.3	Segurança Humana	8
2.3	O Conceito de Governança	9

1 Grupo I - Professor Rui Silva

Nesta secção serão respondidas as questões do Grupo I, focando-se na áreas do MITRE ATT&CK lecionadas pelo professor Rui Silva.

1.1 Pergunta - Apresentação do Incident Coordination

Em resposta à questão 1.1, foi escolhido o tema *Incident Coordination*. A coordenação de incidentes consiste na gestão centralizada e na resposta a incidentes de segurança informática que ultrapassam as medidas preventivas. Engloba as fases de identificação, triagem e análise, contenção, erradicação, recuperação e lições aprendidas. Uma coordenação eficaz minimiza o impacto das ameaças e assegura a continuidade das operações.

Para suportar estas atividades procede-se à correlação de informação proveniente de múltiplas fontes (logs, SIEM, deteções de endpoints, telemetria de rede e inteligência de ameaças). Existem formatos e protocolos que facilitam a troca e automatização desta informação:

1. IODEF (Incident Object Description Exchange Format) é um formato para descrever e trocar relatórios de incidentes;
2. o STIX (Structured Threat Information eXpression) define um modelo para representar indicadores e contexto de ameaças;
3. o TAXII (Trusted Automated eXchange of Indicator Information) fornece os mecanismos de transporte/partilha de objetos STIX entre sistemas;
4. RID (Realtime Inter-network Defense) refere-se a mecanismos para a troca automática, em tempo quase real, de informações de defesa entre redes.

Estes padrões são complementares e permitem melhorar a deteção, correlação e resposta a incidentes, incluindo automação de ações quando apropriado.

1.2 Pergunta - MITRE - Projeto de ATT&CK - Night Dragon

O projecto *Night Dragon* foi uma campanha de ciberespionagem que teve como alvo várias empresas de energia, petróleo e os seus derivados, sediadas no Cazaquistão, Taiwan, Grécia e Estados Unidos da América. A campanha foi descoberta em novembro de 2009 pela McAfee.

O objetivo principal desta campanha foi roubar informações confidenciais e proprietárias relacionadas com a indústria de energia. Primeiramente, os atacantes compraram serviços para alojar os servidores que viriam controlar as vítimas e usaram os protocolos HTTP como meio de comunicação, de modo a ficarem disfarçados entre o tráfego legítimo. A partir de ataques de SQL Injection foram obtidos os dados, e esses, eram submetidos ao software *Cain & Abel* para realizar ataques de brute-force para decifrar os hashes das palavras-passe dos administradores de sistemas.

Após decifrar os hashes, os atacantes conseguiram aceder remotamente aos sistemas das vítimas, e com o *zsh* implantado os atacantes podiam executar comandos remotamente e começaram a obter ficheiros e outras informações sensíveis dos sistemas comprometidos, enviando-os para os servidores que tinham sido comprados anteriormente.

Ainda utilizaram um RAT (Remote Access Trojan), usando os servidores afetados para fazer ataques a alvos internos através de e-mails de *spear-phishing* que continham anexos maliciosos que, quando abertos, instalavam o RAT nos sistemas das vítimas. O alvo principal desta parte do ataque eram portáteis que tinham contas de VPN e que permitiam obter ainda mais acesso aos sistemas internos. A estratégia baseava-se em usar ferramentas de roubo de palavras-passe e, ao entrar, deixar um RAT.

Após a investigação, a McAfee concluiu que o grupo responsável pelo *Night Dragon* tinha ligações à China, trabalhava entre as 9h e as 17h no horário de Pequim, e que o grupo tinha como alvo empresas específicas, sugerindo que a campanha era motivada por interesses económicos e estratégicos.

1.3 Pergunta - MITRE - Projeto ATT&CK - Tática de Initial Access

Foi escolhida a tática de *Initial Access* do MITRE ATT&CK, que é a primeira fase do ciclo de vida de um ataque cibernético, e será comparada em três ambientes distintos: *Enterprise*, *Mobile* e *ICS* (Industrial Control Systems). O ambiente *Enterprise* refere-se a redes corporativas e sistemas informáticos utilizados por empresas, o ambiente *Mobile* refere-se a dispositivos móveis como smartphones e tablets, e o ambiente *ICS* refere-se a sistemas de controlo industrial utilizados em infraestruturas críticas, como por exemplo: redes elétricas, fábricas e instalações de tratamento de água.

A tática de *Initial Access* tem o objetivo de conseguir o primeiro ponto de entrada numa rede e/ou alvo. Existem várias técnicas para alcançar este objetivo, sendo a mais conhecida o *Phishing/Spear-Phishing*, que envolve o envio de e-mails, SMS ou aplicações que aparentam ser legítimos, mas que contêm links ou anexos maliciosos. No caso do *Enterprise*, qualquer funcionário da empresa pode ser alvo deste tipo e-mails, enquanto que no *Mobile*, o alvo costuma ser o utilizador final e pode ser vítima através de SMS, aplicações ou chamadas telefónicas. Por fim, no *ICS*, o alvo vai ser o funcionário ou grupo de funcionários de uma organização que possua acesso a sistemas industriais, e estes podem ser vítimas através de e-mails ou chamadas telefónicas.

Existem diversas variantes de *Phishing* porque cada ambiente tem as suas particularidades, e o atacante deve adaptar-se a cada um deles, maximizando as chances de sucesso para cada situação, onde cada alvo tem os seus próprios hábitos e rotinas. No caso do *Enterprise*, o *Phishing* tem quatro variantes principais: *Spear-Phishing Attachment*, onde o atacante envia um e-mail com um anexo malicioso que, quando aberto, instala malware no sistema da vítima, o *Spear-Phishing Link*, onde o atacante envia um e-mail com um link malicioso que, quando clicado, redireciona a vítima para um site falso ou instala malware, o *Spear-Phishing via Service*, onde o atacante utiliza serviços de mensagens instantâneas ou redes sociais para enviar mensagens maliciosas, e por fim, o *Spear-Phishing Voice*, onde o atacante faz chamadas telefónicas fingindo ser uma entidade confiável para enganar a vítima e obter informações sensíveis ou instalar malware.

Existem ainda outras técnicas dentro do *Initial Access*, como a exploração de serviços públicos expostos como APIs para o caso do *Enterprise*, serviços de cloud no caso do *Mobile* e por fim, no caso do *ICS* existe a possibilidade de um gateway exposto que possa ser explorado.

Outra técnica possível é a instalação de softwares de terceiros que possam ter sido comprometidos, como por exemplo, bibliotecas ou atualizações de software no caso do *Enterprise*, aplicações móveis no caso do *Mobile* e softwares de monitorização ou controlo no caso do *ICS*.

2 Grupo II - Professor Rogério Bravo

Nesta secção serão respondidas as questões do Grupo II, focando-se na parte da teoria da cibersegurança, variando desde os pilares da cibersegurança, intervenção digital forense, os padrões *ISO 27000*, as três dimensões da cibersegurança, entre outros tópicos lecionados pelo professor Rogério Bravo.

2.1 Pergunta - Os 4 Pilares da Cibersegurança

Os quatro pilares da cibersegurança são as tecnologias, as pessoas, as organizações e a segurança física. Estes pilares sustentam a base em que as *ISO 27000* são construídas, e cada um deles desempenha um papel crucial na proteção dos sistemas informáticos e dos dados contra ameaças cibernéticas.

2.1.1 Tecnologias

As tecnologias referem-se às ferramentas, softwares e infraestruturas utilizadas para proteger os sistemas informáticos. Isto inclui firewalls, sistemas de deteção de intrusões, antivírus, criptografia e outras soluções de segurança que ajudam a prevenir, detectar e responder a ameaças cibernéticas.

2.1.2 Pessoas

As pessoas é o pilar com mais impacto na cibersegurança, uma vez que representam o elo mais fraco da cibersegurança, pois são quem utilizam as tecnologias e quem tem acesso a sistemas e dados sensíveis. E se não forem devidamente treinadas e conscientes das ameaças, podem inadvertidamente comprometer a segurança dos sistemas. A formação e a sensibilização dos utilizadores são essenciais para garantir que eles compreendam os riscos e adotem práticas seguras.

2.1.3 Organizações

As organizações são responsáveis por estabelecer políticas, procedimentos e práticas de cibersegurança. Isto inclui a definição de normas de segurança, a implementação de controles de acesso, a realização de auditorias de segurança e a gestão de incidentes. As organizações devem criar uma cultura de segurança que envolva todos os colaboradores e garanta a conformidade com as regulamentações e melhores práticas.

2.1.4 Segurança Física

A segurança física refere-se à proteção dos ativos físicos, como servidores, *data centers* e dispositivos de rede, contra acessos não autorizados, roubos e danos. Isto inclui medidas como controlo de acesso físico, vigilância por vídeo, sistemas de alarme e proteção contra desastres naturais. Ou seja, é fundamental que os dispositivos estejam num local seguro e com acesso restrito apenas a pessoas autorizadas. Se possível também devem estar protegido contra falhas de energia ou falhas de *hardware*, como por exemplo, um disco rígido com defeito.

2.1.5 Relação entre Pilares e Princípios

Cada pilar da segurança da informação contribui de forma distinta para assegurar os princípios da segurança, sendo estes a Confidencialidade, Integridade, Disponibilidade, e o Não Repúdio. A seguir está uma descrição de como cada pilar se relaciona com estes princípios:

Pessoas: Este pilar é determinante para a **Confidencialidade** e **Autenticidade**. É através da consciencialização dos utilizadores que se previnem fugas de informação (engenharia social) e se garante que as credenciais de acesso são utilizadas apenas pelos legítimos proprietários.

Segurança Física: Atua primariamente na garantia da **Disponibilidade** e **Integridade física** dos ativos. Assegura que o hardware e as infraestruturas (energia, climatização) permanecem operacionais e protegidos contra roubo ou destruição por desastres naturais.

Tecnológico: É o principal motor técnico para a **Integridade** e o **Não Repúdio**. Utiliza mecanismos lógicos como *hashing*, assinaturas digitais e sistemas de *logging* para validar que os dados não foram alterados e para registar inequivocamente a autoria das ações. Também reforça a Confidencialidade através da criptografia.

Organizacional: Este pilar é **transversal a todos os princípios**. É responsável pela governação, definindo através de políticas e normas o nível de Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade exigido para cada tipo de informação, servindo de base legal para a aplicação de sanções em caso de violação (suportando o aspeto jurídico do Não Repúdio).

2.1.6 O pilar na intervenção digital forense

No contexto da intervenção digital forense, o pilar das pessoas é particularmente crucial, uma vez que os profissionais forenses são responsáveis por coletar, analisar e preservar evidências digitais de forma ética e legal. Eles devem possuir um profundo conhecimento técnico, bem como uma compreensão das leis e regulamentos relacionados com a cibersegurança e a privacidade. Além de que devem seguir rigorosos protocolos para garantir a integridade das evidências e evitar contaminação ou adulteração, como por exemplo, ao iniciar uma análise forense, impedir que o antivírus faça alterações nos ficheiros, ou seja, colocar o sistema em modo de *read-only*, entrando na parte do pilar das tecnologias e ao mesmo tempo no pilar das organizações, onde estas devem ter políticas e procedimentos claros para a condução de investigações forenses, garantindo a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Tudo isto demonstra também a importância dos princípios da Integridade e Não Repúdio na intervenção digital forense.

2.2 As três dimensões da segurança da informação

Existem três dimensões principais para garantir a segurança da informação, sendo elas a segurança física, a segurança lógica e a segurança humana. Todas estas dimensões estão ligadas entre si, e estão de acordo com a *SEGNAC4*, sendo esta a *Resolução do Conselho de Ministros 5/1990*, onde são estabelecidas normas e procedimentos que visam garantir a segurança da informação em sistemas informáticos, especialmente aqueles utilizados por entidades públicas.

2.2.1 Segurança Física

A segurança física envolve a proteção dos dispositivos físicos, como servidores, *data centers* e dispositivos de rede, contra acessos não autorizados, roubos e danos. Isto inclui medidas como controlo de acesso físico, vigilância por vídeo, sistemas de alarme e proteção contra desastres naturais. No contexto da *SEGNAC4*, a segurança física é fundamental para garantir o acesso restrito a áreas sensíveis e a proteção dos equipamentos contra ameaças que possam roubar ou danificar a informação armazenada.

2.2.2 Segurança Lógica

A segurança lógica baseia-se na proteção dos sistemas informáticos e das redes contra acessos não autorizados digitalmente, onde as medidas incluem autenticação, criptografia, *firewalls*, entre outros métodos que possam limitar o acesso a estes sistemas. No âmbito da *SEGNAC4*, é essencial implementar estas medidas para garantir a confidencialidade e integridade da informação classificada que está armazenada ou a ser transmitida através de sistemas informáticos.

2.2.3 Segurança Humana

A segurança humana refere-se à formação e sensibilização dos utilizadores para garantir que compreendam os riscos ao quais estão expostos e adotem práticas seguras, como a criação de palavras-passe fortes, o reconhecimento de tentativas de *phishing* e não partilhar informações sobre o trabalho, especialmente em ambientes de acesso público. No contexto da *SEGNAC4*, a segurança humana é crucial para prevenir vulnerabilidades que possam ser exploradas por atacantes, já que o fator humano é frequentemente a maior fraqueza dos sistemas informáticos.

2.3 O Conceito de Governança

A Governança, ao ser apresentada neste curso, refere-se a saber **quando e como alguém** acedeu a um sistema informático e a partir de que utilizador e com que permissões foi feito esse acesso, sendo uma monitorização que permite injeção de informação nos *SIEM* (Security Information and Event Management) para permitir assim identificar mais facilmente os ataques e os seus padrões, permitindo ainda uma reconstrução de como foi realizado o ataque. Mantém ainda uma gestão de dispositivos e registo de logs. Estes logs devem conter o endereço IP, a data e hora do acesso (em hora, minuto, segundos e fuso horário) e o porto de comunicação utilizado. A Governança deve ainda incluir assinaturas de ataques, segmentação de redes para evitar a propagação de incidentes e segregação de funções para impedir o comprometimento de dados.

Este conceito coincide com a *Resolução do Conselho de Ministros 41/2018*, que promove o reforço das capacidades de monitorização, deteção, resposta a incidentes e incentiva a implementação de medidas técnicas para aumentar a resiliência das infraestruturas críticas e a promoção de uma cultura de segurança transversal em todos os setores, sejam estes públicos, privados ou académicos.

É possível afirmar, com toda a certeza, que a Governança apresentada no curso está perfeitamente alinhada com os objetivos estratégicos da *Resolução do Conselho de Ministros 41/2018*, no que diz respeito ao reforço das capacidades de monitorização, deteção e resposta a incidentes, tal como definido nas normas ISO 27000, onde todos estes conceitos e normas são complementares entre si e visam o mesmo objetivo final, que é a proteção dos sistemas informáticos e dos dados contra ameaças cibernéticas em Portugal.